

"Na última década se descobriu que o negro é bonito"

Zezé Motta, atriz e cantora, ao revelar quando e como se sentiu bem ao assumir sua cor

INVESTIMENTO ZERO

Existe relação direta entre investimentos no setor de saneamento público e o volume de doenças na população. Quanto melhor a rede de água e esgoto menor é o número de ocorrência de males como diarreia, cólera e hepatite. É mais barato gastar dinheiro com a prevenção do que com a cura. Dito assim parece óbvio. Mas desde dezembro de 1998, a Caixa Econômica Federal não libera um único centavo para construção de rede de esgotos ou sistemas de tratamento de água.

Os ministros da Fazenda, Pedro Malan, do Planejamento, Martus Tavares, e o presidente do Banco Central, Arminio Fraga, em reunião do Conselho Monetário Nacional, bloquearam a contratação de novos financiamentos no setor feitos com recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). O resultado apareceu rapidamente: os investimentos da União caíram de R\$ 205,7 milhões em 1998 para R\$ 139,2 milhões em 99. Neste ano, depois dos cortes no orçamento, serão ainda menores.

A decisão da área econômica decorre do ajuste fiscal. A Caixa Econômica financiava basicamente estados e municípios. Ao tomar novos empréstimos, governadores e prefeitos aumentavam as dívidas públicas. Segundo os critérios do acordo entre o governo brasileiro e o Fundo Monetário Internacional (FMI) aumento de dívida é igual a elevação de déficit público. Há limites. Para respeitá-los, os técnicos da área econômica decidiram cortar os financiamentos para água e esgoto.

Seria o simples exercício de economizar dinheiro, caso não houvesse um pavoroso quadro de escassez, pobreza e inexistência de condições mínimas na maioria das cidades brasileiras. Cerca de 26,7 milhões de pessoas no Brasil não têm lixo coletado em sua residência. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostram que 49,9%, ou seja, a metade dos 41,8 milhões de domicílios do país, não estão ligados a uma rede coletora de esgotos, o sistema mais adequado para evitar problemas ambientais e de saúde.

Além daqueles problemas, 11,4% dos domicílios brasileiros não possuem serviços de água vindos da rede geral. Há casos em que mesmo as residências que estão ligadas à rede de água precisam comprar o líquido em caminhões-pipa ou em baldes. O problema não ocorre apenas em pequenas cidades. Recife, capital de Pernambuco, vive um racionamento de água que já dura anos e atingiu até os bairros mais ricos.

Política é a arte de equilibrar demandas. Os técnicos da área econômica têm o dever de zelar pelas contas públicas. Mas não podem condenar o brasileiro a contrair hepatite, cólera, diarreia e outros males resultantes da vida sem as mínimas condições de higiene. Afinal de contas, o ajuste fiscal é destinado a salvar as contas nacionais e melhorar a qualidade de vida no país. Os brasileiros vivem aqui. E devem merecer prioridade máxima em qualquer reforma. O cidadão é a razão de ser da sociedade. E o governo deve servi-lo.

RUBEM AZEVEDO LIMA OVO FABERGÉ E DE GALINHA

Os debates sobre uma nova lei de segurança nacional começaram inesperada e apaixonadamente. Foram motivados por incidentes desagradáveis, quase todos resultantes das explosões de desesperança da maioria dos brasileiros, ante a situação alfiada em que vivem, hoje, no país.

São conhecidos os episódios que levaram o governo à idéia de agir, armado de nova lei, na suposição de que tais incidentes se agravariam muito, se não os enfrentasse logo. Mas, até agora, só se falou em combater os sinais exteriores da crise social que paira sobre o país. Seria isso, em última análise, como tratar dos sintomas e não da doença que os provoca.

Condenam os governistas, talvez por motivos políticos, a invasão de imóveis públicos pelos sem-terra, como se essas pessoas invadissem tais bens por invadir ou só para perturbar a ordem e não para expor a crueldade das suas dificuldades, a fim de mostrar ao governo o quanto é urgente a reforma agrária no Brasil.

Depois, gerando novos incidentes, veio a onda de protestos que se propagou, país a fora, contra o desemprego, os salários baixos e a inflação inexplícita do

governo diante de tal quadro. À varada que um manifestante deu ao governador de São Paulo, seguiu-se o ovo atirado à calva do ministro da Saúde. Não se sabe, nos dois casos, o que foi pior.

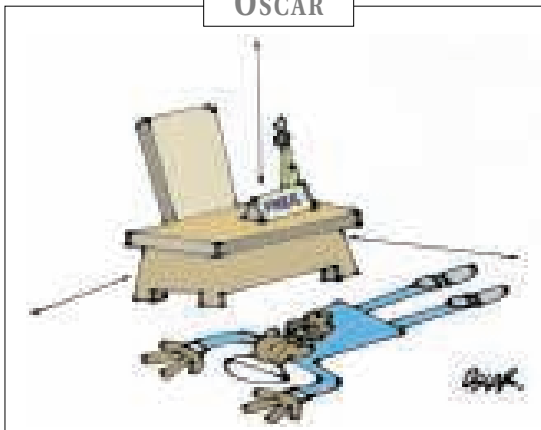
Se a violência da ação de populares da reação quase idêntica de homens públicos, que, no primeiro momento, se deixaram mover mais pelo rancor da irracionalidade que pelo autodomínio da razão. No calor dos acontecimentos, os excessos, de lado a lado, embora injustificáveis, seriam compreensíveis. Incompreensível foi o ódio tardio dos que devem apagar incêndios políticos e sociais, mas, em seus gabinetes, usaram esses episódios para pôr mais lenha na fogueira e exigir medidas que impeçam novas manifestações populares.

Com a pressa que outros assuntos graves não mereceram, falou-se logo em lei de segurança pública. Estranha noção de ordem e habita, hoje, a mente de pessoas que aplaudiram a pesada dose de Cem Mil contra a ditadura militar e o Comício de Meio Milhão de pessoas, a favor das eleições diretas, em 1984. Esses atos, então julgados subversivos, ajudaram o país a dar um passo à

frente, rumo à democratização. O que se quer hoje? Marcha a ré na democracia? Aggravaram-se, no Brasil, as penas contra os seqüestros, mas a prática desse tipo de crime não diminuiu, aumentou.

As televisões mostraram, há tempos, Helmut Kohl (ex-primeiro alemão) e Michel Camdessus (ex-gerente do FMI) alveja dos por ovos, e Bill Gates, da Microsoft, por uma torta de ovo. Sob o regime militar, o ex-secretário de Estado dos EUA, Henry Kissinger, atingido por ovos, na Unib, até agradeceu, pois se tratava de produto fresco. Os homens públicos sabem que é inútil negar ao povo o direito de protesto. Por isso, reagem a ele com bom humor, para não agravá-lo. Rir, no caso, é melhor do que zangar-se. Em governos, sobretudo os maus, não se atiram ovos Fabergé, as jóias ovaladas, de ouro e diamante, que esse ourives de Alexandre III e Nicolau II criava para czarinas e amásias dos czars. A repressão violenta do desespero humano é um ovo de Colombo que vira ovo de serpente. E a via fácil da opressão dos excluídos é que gera tormentas sem controle. Uma delas, aliás, pegou Nicolau II.

OSCAR



O PROTECIONISMO E O EMPREGO

Carlos Pio

Do final do ano passado para cá, os sinais de descontentamento com a globalização têm se mostrado crescentes. Primeiramente em Seattle, em novembro de 1999, e depois em Washington (D.C.), em abril deste ano, manifestantes marcaram com protestos (e um pouco de sangue) as resistências (até então difusas) em relação ao funcionamento das organizações internacionais que pressionam os países a adotar políticas que aumentam a integração econômica internacional. A pergunta que proponho responder neste breve artigo é a seguinte: esses movimentos de resistência à globalização econômica representam os interesses da maioria da população brasileira? Minha resposta é não. Vejamos por quê.

Num artigo publicado em 21 de maio no *The New York Times*, o economista Paul Krugman desmascara as reais consequências do protecionismo adotado pelos sindicatos norte-americanos, que foram fundamentais para o sucesso daquelas manifestações. Para Krugman, incapazes de reverter

as perdas salariais e da qualidade dos serviços públicos recebidos pelos trabalhadores menos qualificados, em razão do crescente consenso em torno da idéia de que o papel do Estado deve ser reduzido e maior liberdade de ver ser dada ao funcionamento do mercado, os líderes sindicais norte-americanos tornaram-se mais ativos em questões que julgam poder obter vitórias políticas. Entre essas questões, a proteção dos empregos de trabalhadores de indústrias pouco produtivas passou a ser uma das bandeiras mais importantes de tal movimento. É nesse contexto que se explica o surgimento de barreiras às importações provenientes de países em desenvolvimento, que prejudicam os trabalhadores desses países.

Podemos compreender que, para permanecer no comando de suas organizações, os líderes sindicais precisam convencer os seus constituintes (que os elegem, de tempos em tempos) de que são capazes de defender seus interesses. Tradicionalmente, essa necessidade de se mostrar atento aos interesses dos trabalhadores direcionava o movimento sindical dos Estados Unidos a pressionar os patrões (por melhores salários e condições de trabalho, por exemplo) e o Estado (por melhores condições de seguro-desemprego, de seguro-saúde, e de capacitação, entre outras).

O protecionismo dos líderes sindicais norte-americanos sempre foi representado no Congresso dos EUA pelos parlamentares eleitos por distritos eleitorais dependentes de setores econômicos que tinham baixa capacidade para competir com produtores estrangeiros mais eficientes. Assim, empresários e trabalhadores das indústrias de tecido, suco de laranja, aço, e até automóveis, entre muitas outras, sempre solicitaram proteção do governo, por intermédio de seus representantes no Congresso.

A novidade do final de século é que as pressões sindicais se fizeram sentir noutras arenas, especialmente sobre as instituições econômicas internacionais — o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial e a Organização Mundial do Comércio. Nessas novas arenas, o argumento protecionista se travestiu de defensor dos interesses dos trabalhadores de países em desenvolvimento (como o Brasil) e pobres (como os africanos) ao questionar, entre outras coisas, as políticas de remuneração do trabalho das empresas transnacio-

nais (leia-se norte-americanas) estabelecidas no exterior.

Mas será que os trabalhadores brasileiros são aliados naturais dos sindicalistas norte-americanos nessa "condenação" do capital transnacional? Será que o Brasil tem a ganhar com o movimento de resistência às instituições econômicas internacionais patrocinado fortemente pelo sindicalismo (e pelas correntes políticas mais conservadoras) dos Estados Unidos?

Como já adiantei, minha resposta é negativa. Os trabalhadores brasileiros só têm a ganhar com a preservação da abertura comercial norte-americana, assim como a população brasileira de maneira geral só tem a ganhar com o aprofundamento da nossa própria abertura comercial, iniciada em 1990. Vejamos por quê.

Os setores menos competitivos da economia dos Estados Unidos são justamente aqueles nos quais os países menos desenvolvidos são mais competitivos. Os brasileiros sabem bem disso,

pois os jornais nos bombardeiam diariamente com informações sobre as barreiras comerciais impostas pelo governo dos Estados Unidos (e dos demais países industrializados) sobre nossas exportações de produtos agrícolas, suco de laranja, carne, frango, tecidos, aço e vários outros produtos que temos capacidade de vender no mercado internacional a preços extremamente competitivos. Isso se explica, basicamente, pelo custo do trabalhador brasileiro ser inferior ao custo pago pelo mesmo serviço nos Estados Unidos. Assim, em setores que utilizam o trabalho (pouco ou semiquilificado) mais intensivamente, a nossa eficiência acaba sendo muito maior do que a dos países avançados.

O fato de o salário do trabalhador brasileiro ser inferior ao do norte-americano que desempenha a mesma atividade não é prejudicial ao Brasil, ou ao nosso trabalhador, pela simples razão de que, se os custos de produção (incluindo salários) fossem equivalentes nos dois países, as empresas estrangeiras não teriam qualquer incentivo para abrir filiais aqui. Produziam no próprio quintal.

Por outro lado, se não existissem as instituições internacionais, o mundo estaria condenado a viver sob o estigma do protecionismo, como ocorreu na primeira metade deste século. De modo geral, as regras e os acordos comerciais negociados na OMC, por exemplo, criam a base para que os países (ricos e pobres) importem produtos produzidos em condições (países) mais eficientes. Num mundo em que cada país transaciona mais com o exterior, desequilibra na balança de pagamentos são constantes. A lógica das intervenções do FMI são, assim, consistentes com a necessidade de ampliar o comércio e difundir a prosperidade: mediante a destinação de linhas de créditos aos países com problemas circunstanciais no balanço de pagamentos, e das condicionalidades de reforma econômica impostas aos países com problemas estruturais e que precisam de empréstimos da comunidade internacional.

Diante de tudo isso, é possível sustentar que, apesar da necessidade de reforma de boa parte dessas instituições internacionais, o seu enfraquecimento não interessa ao Brasil. Interessa, sim, aos sindicalistas norte-americanos.

Carlos Pio, cientista político, é professor de Relações Internacionais da Universidade de Brasília



CORREIO BRAZILIENSE

Na quarta parte nova os campos ara
E mais mundo houver, lá chegará
Carnês, e.VII e 14

Diretor Presidente PAULO CABRAL DEARAÚJO	Diretor Vice-Presidente ARI CUNHA	Diretor Gerente EVARISTO DE OLIVEIRA
Diretor Executivo João Augusto Cabral	Diretor de Redação Ricardo Noblat	Diretor Comercial Paulo César Marques
Diretor Financeiro Mauro Tsukashi Nakao	Diretora de Planejamento e RH Mária Augusta Martins	Diretor Industrial Oswaldo Abílio Braga
		Diretor de Circulação Liz Alberro Albuquerque

VENDA AVULSA			
LOCALIDADE	SEGS/SA	DOMINGO	
DF/GO/SP/RJ/MG	R\$ 1,00	R\$ 2,00	
Outros Estados	R\$ 1,25	R\$ 2,50	
ASSINATURAS			
LOCALIDADE	30 DIÁRIOS	180 DIÁRIOS	360 DIÁRIOS
DF/GO/SP/RJ/MG	R\$ 20,00	R\$ 120,00	R\$ 240,00
Outros Estados	R\$ 25,00	R\$ 150,00	R\$ 300,00
LOCALIDADE	30 DIÁRIOS	180 DIÁRIOS	360 DIÁRIOS
DF/GO/SP/RJ/MG	R\$ 35,00	R\$ 200,00	R\$ 400,00
Outros Estados	R\$ 45,00	R\$ 270,00	R\$ 540,00

* ASSINATURAS NOS FINAIS DE SEMANAS E FERIADOS

ATENDIMENTO		
LEITOR	ASSINANTE	CLASSIFICADOS
342-1166	342-1111	342-1000

Os serviços noticiosos e radiodifusão são fornecidos pelas agências GLOBO, AP, SPORT PRESS, AFP, UPI, ANSA, AJP, AEA e Agência de Notícias dos Diários Associados, Meridional, Tel.: (061) 342-1120.